



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"
Secretaria Municipal de Governo e Administração

PROJETO DE LEI Nº 53/2021

Assis, 06 de maio de 2021.

Ofício DA nº 142/2021

Ao Excelentíssimo Senhor
VEREADOR VINÍCIUS GUILHERME SÍMILI
Presidente da Câmara Municipal de Assis
Assis – SP

Assunto: Encaminha Projeto de Lei nº 33/2021.

Senhor Presidente,

Encaminho, por intermédio de Vossa Excelência, para apreciação e deliberação da Egrégia Câmara Municipal de Assis, o incluso Projeto de Lei nº 33/2021, em que o Executivo Municipal, que dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), acompanhado da respectiva exposição de motivos.

Na oportunidade, reafirmo a Vossa Excelência e aos Senhores Vereadores protestos de alta consideração.

Atenciosamente,

JOSÉ APARECIDO FERNANDES
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 53/2021 - Protocolo nº 340/2021 recebido em 12/05/2021 11:59:28 - Esta é uma cópia do original assinado digitalmente por PREFEITO MUNICIPAL
Para validar o documento, leia o código QR ou acesse https://sapi.assis.sp.leg.br/confirir_assinatura e informe o código 05D5-C1FE-F060-C904.



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS (Projeto de Lei nº 33/2021)

Ao Excelentíssimo Senhor
VEREADOR VINÍCIUS GUILHERME SÍMILI
Presidente da Câmara Municipal de Assis
Assis – SP

Senhor Presidente,

Encaminho para análise e deliberação dessa Egrégia Câmara Municipal de Assis, a inclusa propositura que tem por finalidade a abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) junto a unidade orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde.

Esta medida se faz necessária, tendo em vista que por meio da Portaria nº 3.603 de 22 de novembro de 2018, do Ministério da Saúde, foi estabelecido que os procedimentos relacionados aos serviços de Nefrologia, referente ao Bloco de Atenção da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, serão financiados em sua totalidade, cujos recursos serão transferidos ao Município mensalmente, conforme apuração no Sistema de Informações Ambulatoriais – SAI.

Em nosso Município o serviço de Nefrologia é atendido por meio de Contrato nº 005/2016, conforme cópia que segue em anexo, cujo prestador é também referência para os municípios de nossa região. Considerando que o Contrato 005/2016 está com sua vigência expirando, está sendo providenciado novo instrumento, a fim de possibilitar a continuidade dos serviços aos usuários do SUS.

Os serviços de Terapia Renal Substitutiva, objeto do Contrato, são indispensáveis para a manutenção da vida dos portadores de doença renal crônica que são submetidos à sessões de hemodiálise semanais, durante os doze meses do ano.

A fonte de recursos para ocorrer com as despesas previstas nesta propositura, são aquelas descritas no seu artigo 2º, em cumprimento à Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, a ser verificada mediante o excesso de arrecadação ocasionado pela transferência de recursos supramencionados.

Por todo o exposto, submetemos à elevada apreciação de Vossa Excelência e dos Senhores Vereadores o Projeto de Lei nº 33/2021.

Prefeitura Municipal de Assis, em 06 de maio de 2021.

JOSÉ APARECIDO FERNANDES
Prefeito Municipal



PROJETO DE LEI Nº 33/2021

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar para os fins que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ASSIS:

Faço saber que a Câmara Municipal de Assis aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Programa Anual do Município de Assis, um Crédito Adicional Suplementar, nos termos do artigo 41, inciso I, da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1.964, no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) observando as classificações institucionais, econômicas e funcionais programáticas, abaixo relacionadas:

02	PODER EXECUTIVO	
02 10	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
02 10 04	MEDIA ALTA COMPLEX.AMBUL.HOSPITALAR	
10.302.0080.2182.0000	PARCEIROS DO S.U.S.	
1034 3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000.000,00
Total.....R\$		3.000.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender as despesas com a execução da presente Lei serão provenientes de excesso de arrecadação, nos termos do disposto no artigo 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320 de 17 de Março de 1.964, através de repasse do FNS-Fundo Nacional de Saúde a ser verificado na Receita (1718.03.2.1.00.05) durante o exercício de 2021.

Art. 3º - Ficam alterados os anexos III, IV e V do Plano Plurianual, aprovado pela Lei Municipal nº 6.320 de 22 de junho de 2017 e o anexo IIA da Lei de Diretrizes Orçamentárias, exercício de 2021, aprovada pela Lei Municipal nº 6.812 de 15 de junho de 2020, conforme especificações previstas nos artigos 1º e 2º desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Assis, em 06 de maio de 2021.

JOSÉ APARECIDO FERNANDES
Prefeito Municipal





Prefeitura Municipal de Assis
Paço Municipal Prof^a. "Judith de Oliveira Garcez"

"TERMO DE CONTRATO Nº 005/2016"

Ref.: Prestação de Serviços de Assistência à Saúde

PREÂMBULO

Pelo presente instrumento as partes, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS**, com sede a Avenida Rui Barbosa n.º 926 em Assis, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 46.179.941/0001-35, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **RICARDO PINHEIRO SANTANA**, brasileiro, advogado, residente à Rua Dom José Lazaro Neves, n.º 393, Assis/SP, portador do RG n.º 23.282.679-1 e do CPF/MF n.º 250.627.787-82, e de outro lado **UNIDADE DE NEFROLOGIA DE ASSIS S/C LTDA.**, inscrita sob o CNPJ n.º 68.165.497/0001-31, com sede na Rua Smith Vasconcelos, n.º 1030, nesta cidade de Assis/SP, com contrato social arquivado no Cartório de Registro de Imóveis de Assis, registro no CREMESP sob n.º 16.012, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelos seus Diretores, Dr. **CIRO TAVARES COSTA**, brasileiro, casado, médico, portador da cédula de identidade (RG) n.º 13.167.812 e do CPF n.º 037.657.118-70, e Dr. **SÉRGIO ABUD HADDAD**, casado, médico, portador da cédula de identidade (RG) n.º 6.281.990 e do CPF n.º 022.694.078-16, tendo em vista o que dispõe o artigo 196 da Constituição Federal, as Leis 8.080/90 e 8.142/90, a Lei 8.666/93, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, formalizam o presente contrato, que objetiva a prestação de serviços de assistência à saúde definida na cláusula primeira, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

1.1. A **CONTRATADA**, por força do presente instrumento, se obriga a prestar serviços de assistência à saúde através de tratamento dialítico aos pacientes encaminhados pela **CONTRATANTE**, em especial a pacientes com Insuficiência Renal Aguda; Insuficiência Renal Crônica; Intoxicações Exógenas Dialisáveis; Outras patologias que necessitem de diálise como terapia de suporte; e, Atividades ambulatoriais em Nefrologia.

1.2. Os serviços a serem prestados pela **CONTRATADA** obedecerão aos limites quantitativos a seguir fixados, correspondentes aos inscritos na Ficha de Programação Orçamentária FPO, que integra o presente ajuste para todos os fins, compreendendo os seguintes exames / terapias / mês (Ficha de Programação Orçamentária anexa), respeitados os parâmetros definidos pela Secretaria Municipal de Saúde da **CONTRATANTE**.



1.3. Quantitativos mensais estimados:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QT MÊS
ATENDIMENTO MÉDICO CONSULTA		
030101007-2	Consulta Médica	10
Subtotal		10

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QT MÊS
TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA		
070210001-3	Cateter de Longa Permanencia para Hemodialise	3
070210002-1	Cateter para Subclavia Duplo Lumen para Hemodialise	3
070210003-0	Cateter Tipo Tenckhoff para Similar de Longa Permanencia para DPI	3
070210004-8	Conj. Troca para DPA (Paciente mês com Inst. Domiciliar	8
070210005-6	Conj. Troca para paciente Submetido a DPA (Pac.15 dias)	1
070210006-4	Conj. Troca para paciente Submetido a DPAC (Pac.mes)	5
070210007-2	Conj. para Troca de Pac. Submetido a DPA	1
070210008-0	Conj. para Troca de Paciente Submetido a DPAC	1
070201009-9	Dilatador para Implante de Cateter Duplo Lumen	4
070201010-2	Guia Metalico para Introdução de Cateter Duplo Lumen	4
030501009-3	Hemodialise maximo 1 sessões por semana – Excepcionalidade	6
030501010-7	Hemodialise (Maximo 3 sessões por semana)	1.421
030501011-5	Hemodialise em Portador de HIV (Maximo 3 sessões semana)	6
030501016-6	Manutenção e Acompanhamento Domiciliar a Paciente sub	14
030501018-2	Treinamento de Paciente Subm. a Dialise Peritoneal – DPA	2
041801003-0	Confecção fistula Arterio - Venosa para Hemodialise	5
041801004-8	Implante de Cateter de Longa Permanencia para Hemodialise	2
041801006-4	Implante de cateter Duplo Lumen para Hemodialise	3
041801008-0	Implante de Cateter Tipo Tenkhoffou Similar para DPA/DPAC	2
041802003-5	Retirada de cateter Tipo Tekhoof/Similar de Longa Permanencia	1
Subtotal		1.495

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QT MÊS
PATOLOGIA CLÍNICA		
020201021-0	Dosagem de Calcio	124
020201031-7	Dosagem Creatinina	54
020201038-4	Dosagem de Ferritina	42
020201039-2	Dosagem de Ferro Serico	42
020201042-2	Dosagem de Fosfatase Alcalina	40
020201043-0	Dosagem de Fosforo	123
020201047-3	Dosagem de Glicose	123
020201050-3	Dosagem de Hemoglobina Glicosilada	17
020201060-0	Dosagem de Potassio	124
020201062-7	Dosagem de Proteinas Totais e Frações	42
020201065-1	Dosagem de Transaminase Glutamico Piruvica (TGP)	124
020201066-0	Dosagem de Transferrina	42
020201069-4	Dosagem de Ureia	233
020201076-7	Dosagem de 25 Hidroxivitamina D	20
020202030-4	Dosagem de Hemoglobina	82



020202037-1	Hematocrito	82
020202038-0	Hemograma Completo	42
020203030-0	Pesquisa de Anticorpos Anti-HIV+HIV1(Elisa)	1
020203063-6	Pesquisa de Anticorpos Contra Antígeno do Virus Hepatite B(AntiHBS)	22
020203067-9	Pesquisa de Anticorpos Contra o Virusda Hepatite C	22
020203097-0	Pesquisa de Antgeno de Superfície do Vuris Hepatite B(HBS AG)	22
020206025-0	Dosagem de Hormonio Tireoestimulante (TSH)	1
020206027-6	Dosagem de Paratormonio	40
020206037-3	Dosagem de Tiroxina (T4)	1
020208007-2	Bacterioscopia (GRAM)	1
020206008-0	Cultura de Bacterias para Identificação	1
	Subtotal	1.467
TOTAL GERAL		2.972

CLÁUSULA SEGUNDA DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1 - Os serviços ora contratados estão referidos a uma base territorial populacional conforme plano de saúde da CONTRATANTE e serão ofertados com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros do SUS.

2.2 - Os serviços referidos na cláusula primeira serão executados pela CONTRATADA em sua unidade situada na Rua Smith de Vasconcelos 1.030, na cidade de Assis, com licença de funcionamento expedida pela Secretaria de Estado da Saúde, sob nº 01.00207-208 e sob a responsabilidade dos Srs. Drs. CIRO TAVARES COSTA e SÉRGIO ABUD HADDAD, registrados no Conselho Regional de Medicina sob os nºs 62.221 e 42.665, respectivamente.

2.3 - A eventual mudança de endereço do estabelecimento de atendimento da CONTRATADA será imediatamente comunicada à CONTRATANTE que analisará a conveniência de manter os serviços ora contratados em outro endereço, podendo esta última rever as condições deste contrato e até mesmo rescindi-lo se entender conveniente. A mudança do responsável técnico também será comunicada à CONTRATANTE.

2.4 - Os serviços objeto do presente contrato serão prestados diretamente por profissionais do estabelecimento da CONTRATADA.

2.5 - Para os efeitos deste contrato consideram-se profissionais do próprio estabelecimento: membro do seu corpo clínico e profissional; profissional que tenha vínculo de emprego com a CONTRATADA.

2.6 - A CONTRATADA não poderá cobrar do paciente, ou de seu acompanhante, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato.

2.7 - A CONTRATADA será responsabilizada por cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste contrato.

2.8 - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pela CONTRATANTE sobre a execução do objeto deste contrato, a CONTRATADA reconhece a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS, decorrente da Lei 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), ficando certo que a alteração decorrente de tais competências normativas será objeto de termo aditivo específico ou de notificação dirigida à CONTRATADA.



2.9 - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA, a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a CONTRATANTE ou para o Fundo Municipal de Saúde, e ainda, a prestação dos serviços ora contratados não implica vínculo empregatício, nem exclusividade de colaboração entre o contratante e o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA DO VALOR CONTRATUAL

3.1 - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato, no atendimento ambulatorial e SADT, consignados no sistema de informação ambulatorial - SIA/SUS, tem valor estimado em R\$ 3.678.452,76 (três milhões, seiscentos e setenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e setenta e seis centavos), correspondente a previsão de despesa média mensal de R\$ 306.537,73 (trezentos e seis mil, quinhentos e trinta e sete reais e setenta e três centavos).

3.2 - Os valores unitários dos procedimentos contratados são rigorosamente idênticos aos definidos na tabela do Ministério da Saúde/SUS que passa a compor o presente instrumento, e será reproduzida abaixo:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QT MÊS	UNIT	TOTAL
ATENDIMENTO MÉDICO CONSULTA				
030101007-2	Consulta Médica	10	10,00	100,00
Subtotal			10	100,00

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QT MÊS	UNIT	TOTAL
TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA				
070210001-3	Cateter de Longa Permanencia para Hemodialise	3	482,34	1.447,02
070210002-1	Cateter para Subclavia Duplo Lumen para Hemodialise	3	64,76	194,28
070210003-0	Cateter Tipo Tenckhoff para Similar de Longa Permanencia para DPI	3	149,75	449,25
070210004-8	Conj. Troca para DPA (Paciente mês com Inst. Domiciliar)	8	2.342,81	18.742,48
070210005-6	Conj. Troca para paciente Submetido a DPA (Pac.15 dias)	1	1.171,40	1.171,40
070210006-4	Conj. Troca para paciente Submetido a DPAC (Pac.mes)	5	1.791,56	8.957,80
070210007-2	Conj. para Troca de Pac. Submetido a DPA	1	609,39	609,39
070210008-0	Conj. para Troca de Paciente Submetido a DPAC	1	895,78	895,78
070201009-9	Dilatador para Implante de Cateter Duplo Lumen	4	21,59	86,36
070201010-2	Guia Metalico para Introdução de Cateter Duplo Lumen	4	15,41	61,64
030501009-3	Hemodialise maximo 1 sessões por semana – Excepcionalidade	6	179,03	1.074,18
030501010-7	Hemodialise (Maximo 3 sessões por semana)	1.421	179,03	254.401,63



030501011-5	Hemodialise em Portador de HIV (Maximo 3 sessões semana)	6	265,41	1.592,46
030501016-6	Manutenção e Acompanhamento Domiciliar a Paciente sub	14	358,06	5.012,84
030501018-2	Treinamento de Paciente Subm. a Dialise Peritoneal – DPA	2	55,13	110,26
041801003-0	Confecção fistula Arterio - Venosa para Hemodialise	5	600,00	3.000,00
041801004-8	Implante de Cateter de Longa Permanencia para Hemodialise	2	200,00	400,00
041801006-4	Implante de cateter Duplo Lumen para Hemodialise	3	115,81	347,43
041801008-0	Implante de Cateter Tipo Tenkhoffou Similar para DPA/DPAC	2	400,00	800,00
041802003-5	Retirada de cateter Tipo Tekhoof/Similar de Longa Permanencia	1	400,00	400,00
Subtotal		1.495		299.754,20

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QT MÊS	UNIT	TOTAL
PATOLOGIA CLÍNICA				
020201021-0	Dosagem de Calcio	124	1,85	229,40
020201031-7	Dosagem Creatinina	54	1,85	99,90
020201038-4	Dosagem de Ferritina	42	15,59	654,78
020201039-2	Dosagem de Ferro Serico	42	3,51	147,42
020201042-2	Dosagem de Fosfatase Alcalina	40	2,01	80,40
020201043-0	Dosagem de Fosforo	123	1,85	227,55
020201047-3	Dosagem de Glicose	123	1,85	227,55
020201050-3	Dosagem de Hemoglobina Glicosilada	17	7,86	133,62
020201060-0	Dosagem de Potassio	124	1,85	229,40
020201062-7	Dosagem de Proteinas Totais e Frações	42	1,85	77,70
020201065-1	Dosagem de Transaminase Glutamico Piruvica (TGP)	124	2,01	249,24
020201066-0	Dosagem de Transferrina	42	4,12	173,04
020201069-4	Dosagem de Ureia	233	1,85	431,05
020201076-7	Dosagem de 25 Hidroxivitamina D	20	15,24	304,80
020202030-4	Dosagem de Hemoglobina	82	1,53	125,46
020202037-1	Hematocrito	82	1,53	125,46
020202038-0	Hemograma Completo	42	4,11	172,62
020203030-0	Pesquisa de Anticorpos Anti-HIV+HIV1(Elisa)	1	10,00	10,00
020203063-6	Pesquisa de Anticorpos Contra Antigeno do Virus Hepatite B(AntiHBS)	22	18,55	408,10
020203067-9	Pesquisa de Anticorpos Contra o Virusda Hepatite C	22	18,55	408,10
020203097-0	Pesquisa de Antgeno de Superficie do Vuris Hepatite B(HBS AG)	22	18,55	408,10
020206025-0	Dosagem de Hormonio Tireoestimulante (TSH)	1	8,96	8,96
020206027-6	Dosagem de Paratormonio	40	43,13	1.725,20
020206037-3	Dosagem de Tiroxina (T4)	1	8,76	8,76
020208007-2	Bacterioscopia (GRAM)	1	2,80	2,80
020206008-0	Cultura de Bacterias para Identificação	1	14,12	14,12
Subtotal		1.467		6.683,53
TOTAL GERAL		2.972		306.537,73

PROJETO DE LEI Nº 53/2021 - Protocolo nº 340/2021 recebido em 12/05/2021 11:59:28 - Esta é uma cópia do original assinado digitalmente por PREFEITO MUNICIPAL. Para validar o documento, leia o código QR ou acesse https://sapi.assis.sp.leg.br/confirmit_assinatura e informe o código 05D5-C1FE-F060-C904.



3.3 - O valor necessário para o cumprimento das obrigações da CONTRATANTE acha-se previsto na ficha 10041030200802.182000 339039, presentes no orçamento do ano de 2016.

3.4 - A CONTRATANTE se obriga a consignar nos orçamentos vindouros, recursos orçamentários ao atendimento das despesas oriundas da presente contratação.

CLÁUSULA QUARTA DOS REAJUSTES

4.1 - Os preços contratados poderão ser reajustados, observadas as disposições legais aplicáveis e a anterioridade mínima de doze meses, na mesma proporção, índices e épocas em que ocorrerem os reajustes da mesma Tabela do Ministério da Saúde/SUS, referente aos procedimentos contratados.

CLÁUSULA QUINTA DOS PAGAMENTOS

5.1 - A CONTRATADA receberá mensalmente da CONTRATANTE a importância relativa aos serviços efetivamente prestados, de acordo com os valores unitários de cada procedimento.

5.2 - As medições serão realizadas mensalmente por técnicos da Prefeitura Municipal de Assis, sendo a primeira delas realizada 30 (trinta) dias (corridos) após o início dos serviços (que dar-se-á no dia imediatamente posterior ao da emissão da ordem de serviço), e, as seguintes, a cada intervalo de 30 (trinta) dias (corridos) da anteriormente realizada.

5.2.1 - A Prefeitura indicará um funcionário integrante de seu quadro de pessoal, para assegurar a perfeita execução dos serviços, em conformidade com as condições deste contrato, o qual será responsável pela aprovação das medições, até o final dos serviços. Por ocasião das medições o referido funcionário deverá informar se os serviços executados estão de acordo com as especificações constantes deste contrato e seus anexos, e atendem as técnicas de execução determinadas.

5.2.3 - os pagamentos serão efetuados no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data de realização de cada medição, desde que constatado que os serviços foram corretamente executados, nos termos do item 5.2.1 retro.

5.2.4 - é vedada qualquer forma de pagamento antecipado.

5.3 - Para fins de medição e pagamento a CONTRATADA apresentará mensalmente à CONTRATANTE as faturas e os documentos referentes aos serviços efetivamente prestados, se obrigando a apresentar o laudo médico ao Setor de Avaliação e Controle local de pacientes com terapia Renal substitutiva, para avaliação e posterior concessão da APAC (Autorização de Procedimentos de Alta Complexidade), obedecendo, para tanto, o procedimento e os prazos estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

5.3.1 - Para fins de prova da data de apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento, será entregue à CONTRATADA, recibo assinado e rubricado pelo servidor da CONTRATANTE, com aposição do respectivo carimbo funcional.



5.3.2 - As contas que apresentarem erros apontados pelo serviço de processamento de dados ou pela conferência técnica e administrativa serão devolvidas à CONTRATADA para as correções cabíveis, devendo ser reapresentadas no prazo definido pela Secretaria Municipal da Saúde. O documento reapresentado será acompanhado do documento original devidamente inutilizado por meio de carimbo, quando cabível.

5.3.3 - As contas rejeitadas serão notificadas à CONTRATADA através de ofício acompanhado do relatório do DATASUS ou do Setor de Avaliação e Controle local.

5.3.4 - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas por culpa da CONTRATANTE, esta garantirá à CONTRATADA o pagamento no prazo avençado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver, no pagamento seguinte, mas ficando o Fundo Municipal de Saúde exonerado do pagamento de multa e sanções financeiras.

5.3.5 - As contas rejeitadas quanto ao mérito serão objetos de análise pelos órgãos de avaliação e controle do SUS.

5.3.6 - Na hipótese de contrato independente com profissionais autônomos, a CONTRATADA pagará diretamente, aos profissionais, os honorários pelos serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA SEXTA DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

6.1 - O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, iniciando-se em 15 (quinze) de fevereiro de 2016 e expirando-se em 14 (quatorze) de fevereiro de 2017, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite estabelecido no artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

7.1 - Os serviços serão recebidos:

7.1.1 - provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da data da comunicação escrita do contratado – art. 73, inciso I e alínea "a" da Lei 8.666/93, devendo a contratada disso dar conhecimento à Secretaria Municipal Saúde, que se encarregará de lavrar termo de recebimento provisório;

7.1.2 - definitivamente, após decorridos 90 (noventa) dias do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após vistoria que se comprove a adequação dos objetos aos termos contratuais – art. 73, inciso I e alínea "b" da Lei 8.666/93. Neste prazo considerado como de observação, correrá por conta exclusiva da contratada todos os reparos necessários, oriundos dos serviços prestados e materiais utilizados, observadas as sanções estabelecidas na cláusula XI deste Contrato;

7.2 - Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, a contratada deverá refazê-los no prazo estabelecido pela Administração, observando as condições estabelecidas para a prestação.

7.3 - Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:



a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.4 - Por ocasião da entrega dos serviços, a Adjudicatária deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Segurança Pública, do servidor da Prefeitura responsável pelo recebimento.

CLÁUSULA OITAVA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - O crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica está assim demonstrado: 10041030200802.182000 339039.

CLÁUSULA NONA DA MANUTENÇÃO DA REGULARIDADE DA CONTRATADA

9.1 - É obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1 - São obrigações da CONTRATADA no cumprimento do presente contrato, além daquelas constantes de outras cláusulas:

10.1.1 - Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes pelo prazo de 05 (cinco) anos, observando-se exceções prevista em lei;

10.1.2 - Não utilizar, nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

10.1.3 - Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação dos serviços;

10.1.4 - Afixar aviso, em local visível, de sua condição de prestadora de serviços integrantes do SUS, e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;

10.1.5 - Justificar ao paciente, ou a seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste contrato;



10.1.6 - Notificar a CONTRATANTE de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança de sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando à esta, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada da certidão da junta comercial ou cartório registro civil das pessoas jurídicas;

10.1.7 - Manter as dependências em perfeito estado em conservação, higiene e funcionamento, e se sujeitar a todos os regulamentos de higiene e segurança, a fim de garantir a salubridade e a ordem no local de serviço, além de cumprir exigências legais que possam ser feitas neste sentido, por órgãos de Administração Pública.

10.1.8 - Fornecer ao paciente, relatório do atendimento prestado, que será ressarcido pelo Fundo Municipal de Saúde de acordo com a tabela SUS, em documento que conterá o seguinte esclarecimento:

“Esta conta deverá ser paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sindicais”

10.1.9 - Indenizar, em caso de dano causado ao paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrente de ação ou omissão voluntária ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de regresso.

10.1.10 - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS, não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos e demais legislação existente.

10.1.11 - A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos a prestação dos serviços nos estritos termos do artigo 14 da lei 8.078 de 11/09/90 (Código de Defesa do Consumidor).

10.1.12 - Assegurar livre acesso à fiscalização da CONTRATANTE a todos os locais de execução dos serviços.

10.1.13 - Acatar prontamente as exigências e observações da fiscalização baseadas nas especificações, regras de boa técnica e normas em vigor.

10.1 - São obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1 - exercer fiscalização no estabelecimento da CONTRATADA;

10.1.2 - autorizar através da Secretaria Municipal da Saúde, mediante requisições que deverão ser entregues à CONTRATADA pelo beneficiário do serviço, a realização dos exames prescritos por médico habilitado;

10.1.3 - pagar à CONTRATADA o valor pactuado, nas datas avençadas.

10.1.4 - solicitar o ajuste ou a correção de qualquer falha, defeito ou incorreção nos observada nos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

11.1 - O atraso injustificado dos prazos de início, de etapas ou de conclusão dos serviços, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93, sujeitará a contratada à multa de mora, calculada na proporção de 1,0% (um por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da obrigação não cumprida, com fundamento no artigo 86 da Lei n.º 8.666/93.



11.2 - Pela inexecução total ou parcial do contrato a Prefeitura poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à contratada as seguintes sanções:

11.2.1 - advertência, com fundamento no artigo 87 inciso I, da Lei n.º 8.666/93;

11.2.2 - multa indenizatória pecuniária correspondente a 20% (vinte por cento) do valor da obrigação não cumprida, com fundamento no artigo 87 inciso II, da Lei n.º 8.666/93;

11.2.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, com fundamento no artigo 87, inciso III, da Lei n.º 8.666/93;

11.2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fundamento no artigo 87, IV da Lei n.º 8.666/93, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos, conforme o §3º do artigo 87 da Lei n.º 8.666/93;

11.2 - Todo o serviço executado incorretamente deverá ser refeito pela contratada, na especificação correta, às suas próprias expensas, em prazo não inferior a 02 (dois) dias úteis, ou outro prazo definido pela Administração de acordo com as peculiaridades do serviço, sob pena de aplicação das penalidades relacionadas nesta cláusula e demais cominações legais cabíveis;

11.3 - As sanções previstas nesta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente de acordo com circunstâncias do caso concreto, e, o procedimento observará o contido na Lei n.º 8.666/93, garantindo a defesa prévia e o princípio do contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 - Sem prejuízo das sanções previstas na cláusula décima primeira deste, o contrato poderá ser rescindido, desde que demonstrada qualquer das hipóteses previstas nos artigos 78, 79 e 80 da Lei n.º 8.666/93.

12.2 - A CONTRATADA reconhece os direitos da administração, em caso da rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA FISCALIZAÇÃO

13.1 - A execução do presente contrato será avaliada pelos órgãos competentes do SUS, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, a verificação do movimento dos atendimentos e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

13.2 - Sob critérios definidos em normatização complementar, poderá, em casos específicos, ser realizada auditoria especializada.

13.3 - Sempre que entender necessário, a CONTRATANTE vistoriará as instalações da CONTRATADA, independente de notificação prévia, para verificar se persistem as mesmas condições básicas do comprovadas por ocasião da assinatura deste contrato.



13.4 - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da CONTRATADA poderá ensejar a revisão das condições ora estipuladas ou até mesmo sua rescisão.

13.5 - A fiscalização exercida pela CONTRATANTE sobre serviços ora contratados não eximirá a CONTRATADA da sua plena responsabilidade perante a CONTRATANTE, ou para com os pacientes e terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.

13.6 - A CONTRATADA facilitará à CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da CONTRATANTE designados para tal fim.

13.7 - Em qualquer hipótese é assegurada à CONTRATADA, amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais da lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos e o direito à interposição de recursos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

14.1 - O presente termo contratual é celebrado com inexigibilidade de licitação prevista no "caput" do artigo 25 da Lei 8.666/93.

14.2 - A decisão pela inexigibilidade de licitação foi tomada no Termo de Deliberação de 12.02.2016, pelo Sr. Prefeito Municipal, tendo ficado expressamente consignado naquele termo que aquelas autoridades constataram, no caso concreto, a inviabilidade de competição e a presença dos pressupostos legais para proceder-se a contratação com inexigibilidade de licitação fundamentada no caput do artigo 25 da Lei n.º 8.666/93.

14.3 - A inexigibilidade de licitação foi devidamente ratificada pelo Prefeito Municipal, em atendimento ao artigo 26 da Lei n.º 8.666/93, no processo n.º 018/2016 - Inexigibilidade n.º 001/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

15.1 - A execução do presente contrato será regida pela Lei n.º 8.666/93, que servirá inclusive para o esclarecimento dos casos por ventura omissos neste termo de contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DA VINCULAÇÃO

16.1 - Vincula-se ao presente termo de contrato o Termo de Deliberação de 12.10.2016 que decidiu pela inexigibilidade de licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DO FORO

17.1 - Será competente o Foro da Comarca de Assis, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas oriundas deste Termo de Contrato, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado seja.



E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste Termo de Contrato, aceitam a cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam o presente em 04 (quatro) vias de igual efeito e teor, na presença de duas testemunhas, abaixo indicadas.

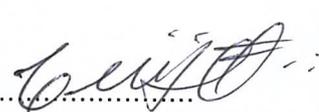
Assis, 15 de fevereiro de 2016.

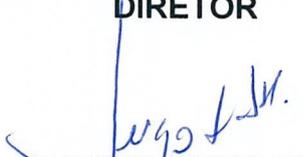
AS PARTES :

1) - PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS
CONTRATANTE


.....
RICARDO PINHEIRO SANTANA
PREFEITO MUNICIPAL

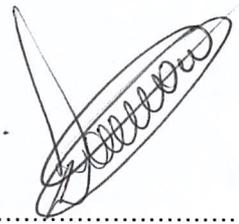
2) - UNIDADE DE NEFROLOGIA DE ASSIS
CONTRATADA


.....
CIRO TAVARES COSTA
DIRETOR


.....
SÉRGIO ABUD HADDAD
DIRETOR

Testemunhas:


.....
Odevalde Ferreira Gonçalves
RG : 7.999.439
CPF/MF : 046.440.388-06


.....
Vágner Nunes Dourado
RG : 5.388.579-9
CPF/MF: 784.109.759-04





Prefeitura Municipal de Assis
Paço Municipal Prof^a. "Judith de Oliveira Garcez"

"EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 005/2016"

Ref.: Processo n.º 018/16 - Inexigibilidade n.º 001/16 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS - CONTRATADA: UNIDADE DE NEFROLOGIA DE ASSIS S/C LTDA. - CNPJ n.º 68.165.497/0001-31 - OBJETO: Prestação de Serviços de Assistência à Saúde - VALOR GLOBAL PREVISTO: R\$ 3.678.452,76 - PAGAMENTO: mensal - VIGÊNCIA: 12 meses, prorrogáveis conforme inciso II do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10041030200802.182000 339039 - FUNDAMENTO LEGAL: "caput" do artigo 25 da Lei 8.666/93.

Assis, 15 de fevereiro de 2016.


.....
RICARDO PINHEIRO SANTANA
PREFEITO MUNICIPAL





Prefeitura Municipal de Assis
Paço Municipal Profª. "Judith de Oliveira Garcez"

"TERMO DE PRORROGAÇÃO Nº 005/2021"

Ref.: Termo de Contrato n.º 005/2016

PREÂMBULO

Pelo presente instrumento as partes, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS**, denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado **UNIDADE DE NEFROLOGIA DE ASSIS S/C LTDA.**, denominada **CONTRATADA**, formalizam o presente termo de prorrogação, nas condições seguintes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DA PRORROGAÇÃO**

1.1. Fica prorrogado por 03 (três) meses o prazo de vigência do contrato em epígrafe, nos termos do inciso IV do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

1.2. O prazo de vigência do presente ajuste, inicia-se em 15 (quinze) de fevereiro de 2021 e expirando-se em 14 (quatorze) de maio de 2021

1.3. Os valores contratados permanecem inalterados.

1.4. O crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica está assim demonstrado: 10.302.0080.2182.0000 3.3.90.39.99.

1.4. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições contidas no termo de contrato em epígrafe.

E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste instrumento, aceitam a cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam o presente em 03 (três) vias de igual efeito e teor, na presença de duas testemunhas, abaixo indicadas.

Assis, 16 de fevereiro de 2021.



AS PARTES :

1) - PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS
CONTRATANTE

.....
JOSÉ APARECIDO FERNANDES
PREFEITO MUNICIPAL

2) - UNIDADE DE NEFROLOGIA DE ASSIS
CONTRATADA

.....
CIRO TAVARES COSTA
DIRETOR

.....
SÉRGIO ABUD HADDAD
DIRETOR

Testemunhas:

.....
Milton Cesar B. da Silva
RG : 40.011.278-4
CPF/MF: 352.237.338-35

.....
Vágner Nunes Dourado
RG : 5.388.579-9
CPF/MF: 784.109.759-04





Prefeitura Municipal de Assis
Paço Municipal Profª. “Judith de Oliveira Garcez”

“EXTRATO DO TERMO DE PRORROGAÇÃO Nº 005/2021”

Ref.: Processo n.º 018/16 - Inexigibilidade n.º 001/16 - Contrato n.º 005/16 -
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS - CONTRATADA:
UNIDADE DE NEFROLOGIA DE ASSIS S/C LTDA. - CNPJ n.º 68.165.497/0001-31 -
OBJETO: Prestação de Serviços de Assistência à Saúde - VALOR GLOBAL
PREVISTO: R\$ 919.613,19 - PAGAMENTO: mensal - VIGÊNCIA: 03 meses,
prorrogáveis - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.302.0080.2182.0000 3.3.90.39.99. -
FUNDAMENTO LEGAL: inciso IV do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

Assis, 15 de fevereiro de 2021.

.....
JOSÉ APARECIDO FERNANDES
PREFEITO MUNICIPAL



